

QUANDO FOI QUE FALAMOS A VERDADE? ENTRE SOFISTAS E FILÓSOFOS, NA ANTIGUIDADE, E OS DISTÚRBIOS INFORMACIONAIS E A PÓS-VERDADE, NA CONTEMPORANEIDADE

ANA PAULA RIBEIRO CÂMARA*

Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Literatura, Brasília, DF, Brasil.

Recebido em: 10 abr. 2025. Aprovado em: 29 abr. 2025.

Como citar este artigo: CÂMARA, A. P. R. Quando foi que falamos a verdade? Entre sofistas e filósofos, na Antiguidade, e os distúrbios informacionais e a pós-verdade, na Contemporaneidade. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 25, n. 2, p. 171-187, maio/ago. 2025. DOI: 10.5935/cadernosletras.v25n2p171-187

Resumo

A verdade, à simples vista, pode parecer óbvia, mas os distúrbios informacionais do nosso tempo, como as notícias fabricadas ou o mau uso de informações verídicas, levam-nos a questionar o estado da verdade na Contemporaneidade; ou, em outros termos, a questão da pós-verdade. Este artigo objetiva pensar essa conjuntura olhando para as disputas entre filósofos e sofistas gregos no século V AEC, enfocando a concepção de mundo destes. A proposta de solução para tal questão é um conceito múltiplo de verdade que contemple as especificidades de cada área do saber desenvolvida pelos seres humanos.

* E-mail: anapaula.r.camara@gmail.com
 <https://orcid.org/0009-0001-4423-0962>

Palavras-chave

Sofistas. Pós-verdade. Desinformação.

A verdade parece óbvia e desejada por todos: se questionado sobre escolher entre uma verdade e uma mentira, quem diria preferir veementemente a segunda? Principalmente em culturas de base cristã, como são boa parte das sociedades ocidentais, nas quais a mentira é um pecado condenável. Dizer inverdades é ética e moralmente reprovável. Contudo, um olhar cauteloso revela que não conseguimos reduzir nem mesmo algumas de nossas sentenças linguísticas a verdadeiras ou falsas.

Por exemplo, quando fazemos analogias ou suposições, estamos falando uma verdade ou uma mentira? A própria estrutura linguística, uma vez que admite o pensamento simbólico ou metafórico, e a própria palavra, incapaz de apreender o objeto em sua totalidade, colocam-nos alguns entraves para uma classificação inteiramente dicotômica entre verdade e inverdade. Mesmo a “[...] maioria das *fake news* não pode ser classificada simplesmente como falsa ou verdadeira” (Santaella, 2018, p. 48, grifos no original).

Partindo da nebulosa senda de distinção entre o verdadeiro e o falso, propomos neste artigo antepor, ao atual fenômeno dos distúrbios informacionais, as notícias falsas, o programa de verdade (Veyne, 1984, p. 39) vigente na Contemporaneidade¹ e seu encontro, recorrendo aos postulados do sofista Górgias de Leontinos, em seus *Elogio de Helena*, *Defesa de Palamedes* e, principalmente, *Tratado do não-ser*², todos conforme aparecem na obra *Górgias de Leontinos*, organizada por Aldo Dinucci, professor de filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo (2017).

A visão da verdade como passível de um programa (Veyne, 1984, p. 39) a destitui de uma categoria imutável reconhecida a qualquer tempo, por qualquer ser humano, em qualquer lugar. Não é precisamente uma simplificação,

- 1 Optamos pelo termo *Contemporaneidade* por crer que transmite a ideia de tempo que engloba o presente atual mais facilmente. Há outros termos usados para definir o período que se instala depois do pós-guerra, no mundo ocidental, por exemplo, pós-modernidade ou era pós-industrial. Como o artigo é uma tipologia acadêmica de menos extensão, consideramos que os vocábulos *contemporâneo* ou *Contemporaneidade* demandariam menos embates teóricos e dariam a compreensão correta aos leitores.
- 2 Do *Tratado do não-ser* não há fragmentos originais. Nos estudos da Antiguidade, trabalha-se com duas paráfrases, uma de Sexto Empírico em *Contra os lógicos I* e outra de autor desconhecido, denominado pseudo-Aristóteles, em *Melisso, Xenófanes e Górgias*, denominado costumeiramente de MXG.

como dizer que a verdade é relativa, no sentido de abarcar diversos posicionamentos igualmente válidos sobre o mesmo tema, mas uma concepção que distingue o que é aceito como verdade conforme a época, o povo, o lugar. Desse modo, há diferentes programas de verdade reconhecíveis que podem, inclusive, estar em conflito.

A Contemporaneidade começa a desenhar um programa de verdade que aparenta divergir do programa surgido na Modernidade, assim como na Antiguidade houve substituições e disputas, por exemplo, entre filósofos e sofistas. A Modernidade, segundo Gavin Hyman (2010, p. 47), caracteriza-se pelo desejo de domínio total da natureza, por meios racionais e científicos. O anseio do homem moderno é a transparência do mundo e o seu desencantamento, pois precisa dirigi-lo, controlá-lo.

Entretanto, já no início do século passado, o filósofo espanhol José Ortega y Gasset (2014, p. 45) vislumbrava uma tensão que apontava para o fim da Modernidade e, com ela, o fim da vigência de seu programa de verdade. Para o autor, acima da Modernidade está o nascimento do homem cartesiano, no século XVII. A partir desse momento, acerbamente, os requisitos lógico-experimentais da verdade científica são ampliados ao domínio da verdade como um todo.

Ortega (2014, p. 92) pontua que a resistência em aceitar outra configuração para o verdadeiro indica que ainda somos homens modernos e que o fim da Modernidade nos coloca em crise. Não é improvável que estejamos acompanhando o ápice dessa crise, e que tenhamos visto o nascimento de uma nova estruturação para a verdade, chamada de pós-verdade. Nesta, importa mais a movimentação do fluxo emocional e das crenças que o fato que se pretende informar. Também ganham centralidade as noções de subjetividade e relatividade.

Os sofistas estavam na aurora do racionalismo, e nós provavelmente estaremos a entrar no pós-racionalismo, ambos entre fronteiras. O nascimento da filosofia é também marcado pela busca da verdade. Os filósofos, segundo Jean-Pierre Vernant (1990, p. 453), dividiam-se em duas tendências majoritárias: os que destrinchavam a *physis* e lançavam mão do pensamento abstrato-racionalista e os que se dedicavam a fundamentar os puros conceitos do mundo não-sensível. Górgias, que viveu entre os séculos IV e V AEC, não perfez nenhum desses caminhos.

Vindo da Magna Grécia, atual Sicília, Górgias era um professor de retórica e orador, que se instalou em Atenas e foi considerado a *nêmesis* de Platão,

Xenofonte e Aristóteles (Barbosa, 2017, p. 11). Platão, no *Fedro*, e Aristóteles, no Livro IV da *Metafísica*, apontavam que argumentos como os de Górgias ou Protágoras, ambos titulados de sofistas, eram temerários para o desenvolvimento da filosofia e da ciência (Dinucci, 2017b, p. 86).

Erramos em pensar que o homem antigo é inteiramente diferente de nós pela distância temporal e tecnológica que nos separa, esquecendo que as grandes questões humanas permanecem as mesmas para nós e para eles. Este breve estudo propõe, então, uma discussão teórica que objetiva um diálogo entre a Antiguidade e a Contemporaneidade, no intuito de compreender os fenômenos que vivemos e, ao fazê-lo, ensejar possíveis soluções para os entraves emergidos das transformações no programa de verdade.

Principiamos nossa investigação pelo problema da linguagem, isto é, da língua articulada, que permite o pensamento abstrato, a autoconsciência e outras particularidades da nossa espécie, além de nos infundir a sensação de apreensão do real. Após tangenciarmos essa questão, debruçamo-nos sobre os discursos de Górgias de Leontinos, no tocante às questões da verdade e do poder do discurso, em contato com as ideias assentadas pela professora Lúcia Santaella, em *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?* (2018), e pelo filósofo polonês contemporâneo Adam Chmielewski, na obra *Pós-verdade e suas implicações* (2022), auxiliando-nos ainda de estudiosos dos distúrbios informacionais, por exemplo, a desinformação ou a informação errada.

A LINGUAGEM E A VERDADE

Filósofos e sofistas, entre os quais também havia concordâncias, diferiam especialmente na função e na compreensão da linguagem. A filosofia crê que esta pode, racional e logicamente, compreender a realidade, a qual também é racional, e que pode explicá-la por meio de uma linguagem objetiva (Dinucci, 2016, p. 24). A sofística, por seu turno, aprofunda-se na natureza da linguagem, que é “[...] um meio para assegurar o poder na sociedade através da persuasão, desacreditando as pretensões racionais da filosofia e se concentrando no estudo da linguagem humana (seus poderes, seus limites)” (Dinucci, 2016, p. 24).

Segundo Lauro de Moraes (2017, p. 22), “para Górgias, é impossível para seres que utilizam a linguagem pensar aspirando a algum tipo de apreensão

verdadeira fora do domínio da mesma”. Ainda segundo esse autor, no juízo de Górgias, toda linguagem é figurativa, ou, como disse Nietzsche (2001, p. 11) séculos depois, metafórica. Entre a palavra e o seu objeto de referência há um espaço intransponível que podemos intuir quando enfrentamos desentendimentos comunicacionais, quando dizemos o que não queremos dizer ou quando não dizemos o que queremos dizer.

Na paráfrase anônima que temos do *Tratado do não-ser* (2017, p. 91), Górgias pontua o completo impedimento da comunicabilidade total e, portanto, supostamente verdadeira; ainda diz que nada é e, caso fosse, não seria cognoscível, e, caso cognoscível, não seria comunicável ou explicável ao Outro, porque a experiência com o mundo é sempre individual e intransferível. Górgias assenta uma obscuridade inerente ao mundo, a qual desafia a crença de domínio sobre ele, em diferentes aspectos, construída pelo homem moderno e firmada na hipótese de uma realidade lógica e compreensível, defendida pelos filósofos contemporâneos dos sofistas.

O sofista propõe uma interessante inversão na ligação entre as coisas existentes e as palavras. São os objetos e experiências que demandam as palavras, logo, estas não expressam as coisas. Atentemo-nos à paráfrase do *Tratado do não-ser* (*Contra os lógicos I*, 65-87):

Além disso, diz ele, a palavra se constitui a partir das coisas que chegam a nós desde fora, ou seja, das coisas perceptíveis; pois, a partir do encontro com o sabor, surge em nós a palavra produzida de acordo com tal qualidade, e, a partir da incidência da cor, a palavra de acordo com a cor. Mas se assim é, a palavra não é expressão do que é externo, mas antes são as coisas externas que se tornam reveladoras da palavra (Sexto Empírico, 2017, p. 98).

Essa concepção da palavra acrescenta uma camada de complexidade nas relações entre ela e a verdade, pois a verdade teria que existir por si só e convocar as palavras que a diriam. É preciso que tudo exista exteriormente, de alguma forma, para que seja perceptível e revele a palavra pronunciadora de si próprio. Esse pensar de Górgias nos leva, inclusive, ao intrincado debate sobre a origem da linguagem e da língua. Sua dificuldade mais óbvia decorre de que todos nós, agora vivos, já nascemos em um mundo dizível. A falta da língua nos é inconcebível, é como tratar de pensar o nada, pensamos na falta de linguagem por meio da língua, a não linguagem nos joga em um estado de paralisia.

No século XIX, Friedrich Nietzsche (2001, p. 9) se ocupou da aptidão da língua em assentar alguma verdade sobre o mundo, em seu célebre *Verdade e mentira no sentido extramoral*, de 1873. De acordo com ele, só depois do surgimento da linguagem é que foi possível dizer que algo era verdadeiro ou falso. O mentiroso é aquele que usa as palavras arbitrariamente, sem a observância ao que elas apontam convencionalmente por qualquer motivo que seja; o verdadeiro é o que observa o uso convencional dos vocábulos. No entanto,

Acreditamos possuir algum saber sobre as coisas propriamente, quando falamos de árvores, cores, neves e flores, mas não temos entretanto aí mais do que metáforas das coisas, as quais não correspondem absolutamente às entidades originais (Nietzsche, 2001, p. 11).

A língua não apreende a coisa em si, não é um conhecimento do objeto, ela nos dá um substituto que tomamos pela coisa: a palavra. A língua, na consideração de Nietzsche (2001, p. 10-11), é a primeira metáfora porque transpõe a excitação nervosa ocular em uma imagem e, logo mais, em um som, a segunda metáfora. A palavra, para ele, é a transposição sonora de uma excitação nervosa. Esta também ocorre em outros seres do reino animal dotados de órgãos dos sentidos semelhantes aos nossos, contudo, eles não possuem uma linguagem como a nossa; falta-lhes, além de um aparelho fonador com certas especificidades, a capacidade metaforizadora de tomar uma coisa por outra.

Com base nessa valoração do que é a palavra, o pensador alemão indaga:

O que é portanto a verdade? Uma multidão móvel de metáforas, metonímias e antropomorfismos; uma soma de relações humanas que foram realçadas, transpostas e ornamentadas pela poesia e pela retórica e que, depois de um longo uso, aparecem estáveis, canônicas e obrigatórias aos olhos de um povo: as verdades são ilusões das quais se esqueceu que são, metáforas gastas que perderam a sua força sensível, [...] (Nietzsche, 2001, p. 8).

Para Nietzsche (2001, p. 8), o intelecto humano, uma exceção da natureza, desenvolve seu maior potencial na dissimulação como estratégia de sobrevivência, de modo que um instinto para a verdade pura lhe parece um contrassenso. A verdade é fruto de um acordo que visa garantir a paz na necessária convivência entre os seres humanos. Os homens não fogem da mentira em si, temem apenas as possíveis consequências e prejuízos sociais. O ser humano “deseja os resultados favoráveis da verdade, aqueles que conservam a

vida; mas é indiferente diante do conhecimento puro e sem consequência, e é mesmo hostil para com as verdades que podem ser prejudiciais e destrutivas” (Nietzsche, 2001, p. 10).

Retornando à palavra, a professora Lúcia Santaella (2018, p. 42-43) anuncia a incontornável vagueza das palavras e a impossibilidade de uma precisão absoluta em sua referencialidade. Para ela, todas as linguagens são constituídas de níveis de imprecisão, ambiguidade e dúvida. A linguagem apresenta, indica ou representa, mas não age sozinha, precisa de intérpretes inseridos em atos comunicacionais. De modo que não há comunicação livre de carga interpretativa.

Contudo, Santaella (2018, p. 44) assevera que a questão não é tão insolúvel quanto parece, uma vez que “[...] toda linguagem fala direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente de algo. Há aí uma relação objetiva, embora sujeita à vagueza, pois é impossível a precisão exata nessa relação”. A pesquisadora brasileira, ancorada na semiótica de Pierce, adota, para o contato entre a externalidade do mundo e as palavras, as noções de apresentação, indicação e representação. Esses conceitos explicam os diferentes níveis de correspondência entre a palavra e o seu referencial externo. A eles retornaremos em breve.

Como não há, sob todos esses pressupostos anteriores, a possibilidade de uma comunicação profundamente verdadeira, no sentido de ser uma transposição certa do real, devemos centrar-nos no tipo de comunicação que nos é possível, no tipo de ação verbal que podemos e devemos materializar no mundo. Sabemos que a imprecisão das palavras não aniquila a possibilidade de uma comunicação efetiva e benéfica, dado que a linguagem está enlaçada à nossa vida prática, diária e concreta. Vivemos na linguagem, por meio dela se vive e se morre. De modo que as questões aqui levantadas importam vitalmente a todos nós.

GÓRGIAS, A SEDUÇÃO DO DISCURSO E A VERDADE

O efeito da poesia e da retórica, citadas anteriormente por Nietzsche, ou seja, do embelezamento do discurso, na construção da verdade, é observado por Górgias no *Elogio de Helena* (2017b, p. 67), quando faz a defesa da bela jovem como uma mulher desditosa, mas não culpada moralmente por acompanhar Páris a Troia e deixar o marido, Menelau, em Esparta. Se Helena partiu é porque foi convencida pelo potente discurso do jovem príncipe troiano ou

por ação de Eros, ou ainda por coação violenta. Em nenhum dos três casos há culpa; no tocante ao discurso, as palavras são assim: seduzem-nos, influem-nos para a tristeza ou para a alegria, causam dor ou êxtase, assim como a pintura ou a escultura. A palavra não é pura de sentimentos, emoções, intenções, vontades; é capaz de paralisar-nos a autonomia e embotar a tomada de decisões.

Se aqueles persuadidos por um discurso não são culpados – pelo contrário, deixar-se seduzir pelas belas palavras é uma virtude e não uma debilidade –, devemos voltar os olhos, conforme sugere Górgias (2017b, p. 71), aos produtores dos discursos, aos que ludibriam por meio das palavras; se deve haver culpa, ela deve ser atribuída a eles, aí está a justiça. Em uma transposição para a Contemporaneidade, podemos assentar a responsabilização dos meios de comunicação em massa, das redes sociais, dos políticos e agentes públicos pelos distúrbios informacionais e suas consequências, as quais podem, sem nenhum afã de exagero, provocar a morte dos demais cidadãos.

O ser, com suas características de unicidade, imutabilidade e universalidade, não existe para Górgias. “[...] o mundo para Górgias carece de qualquer ponto de apoio (o ‘ser’ em sentido estrito) que poderia servir para alcançar um conhecimento objetivamente verdadeiro” (Dinucci, 2017a, p. 32). Desse modo,

[...] na ausência de um conhecimento irrefutável com o qual possamos plasmar nosso discurso, tornando-o ‘demonstração apodítica reveladora da verdade’, resta-nos de algum modo decidir o curso de nossas ações, bem como convencer os demais de que esse é o melhor caminho (Dinucci, 2017a, p. 33).

Essa compreensão gorgiana da existência baseada na falta de um fundamento último para o mundo é semelhante, em muitos aspectos, àquilo que podemos encontrar desde a crise da modernidade, o pós-guerra do século passado, até a Contemporaneidade. Diferentemente da Europa Ocidental, em países como o nosso, a irreligiosidade não é preponderante entre a população em geral, mas há, pelo menos, uma diminuição na crença do deus cristão como verdade que governa o todo e lhe dá sentido.

De qualquer modo, não devemos tomar a filosofia de Górgias como dotada de uma lassidão moral ou ética. Conforme o pensador antigo, como não há uma palavra final que assente os princípios do mundo, a responsabilidade é transferida ao próprio homem, sendo “[...] erro e ignorância tanto reprovar as coisas louváveis quanto louvar as coisas criticáveis” (Górgias, 2017b, p. 67).

Tampouco se trata de um pensamento que negue os deuses míticos e seus poderes sobre os homens.

Como a nós, cidadãos, é atribuída a tarefa de tomar decisão sobre o que é correto e convencer os demais, de acordo com o *Elogio de Helena* (Górgias, 2017b, p. 70), o discurso com maior capacidade de gerar prazer e persuadir é o poético. Conforme Aldo Dinucci (2017a, p. 33),

Podemos, dessa forma, dizer que, para Górgias, a poesia, por tratar dos mitos, retrata a realidade de modo mais adequado que outras formas do discurso que tentem apontar um sentido último e transcendente para o real. E quando dizemos que a poesia retrata a realidade de modo mais adequado, não estamos dizendo que através dela podemos atingir um conhecimento objetivamente verdadeiro do real, mas que, por meio dela, reconhecemos o abismo entre nossa capacidade de conhecer e nossa expectativa ética e a realidade, a qual segue alheia em relação a ambas.

A ficcionalidade ocupa entre os seres humanos uma importância salutar e possui tal peculiaridade que não pode ser classificada nem como verdadeira nem como falsa. A ficção pode narrar algo que não teve realidade material no tempo e no espaço, mas consideramos que os termos *verdade* ou *mentira* apreendem mal o que ela é. O seu desvio se dá quando pretende se passar por fato histórico ou evento concreto no tempo-espaço com o intuito de enganar ou prejudicar outros cidadãos.

Górgias tinha uma preocupação sincera com a justiça ofertada aos homens. Tanto na *Defesa de Palamedes* (2017a) quanto no *Elogio de Helena* (2017b) ele pretende dar uma versão mais justa dos fatos. A diferença entre Górgias e Platão, por exemplo, é que o primeiro não vislumbra uma instância fora do mundo sensível na qual encontrar a verdade sobre as coisas. Na *Defesa de Palamedes*, ele propõe que “não se deve confiar nos que opinam, mas nos que sabem, nem considerar a opinião mais credível que a verdade, mas, ao contrário, a verdade mais que a opinião” (Górgias, 2017a, p. 114) e que um juízo deve dar-se “[...] pela máxima evidência do justo, informando a verdade e não enganando” (Górgias, 2017a, p. 117).

Com base no exposto, podemos assinalar que, de acordo com o sofista, é possível depreender alguma verdade das manifestações das coisas, em sua aparência, mesmo sem a crença no Ser ou em um modelo de verdade fora do mundo sensível.

Para Górgias, verdadeiro e falso nada expressam senão estados interiores referentes à experiência sensível – verdadeiro e falso são, portanto, relativos a cada um. Para Aristóteles, verdade e falsidade são objetivas – se referem a juízos sobre o real que expressam conexões reais (quando verdadeiros) ou não (quando falsos) entre os atributos e a essência dos seres acidentalmente múltiplos e essencialmente unos (Dinucci, 2017a, p. 43).

Segundo Giovanni Casertano (2011, p. 180), o chamado relativismo dos sofistas, como Górgias e Protágoras, opunha-se à ideia vigente de superioridade dos gregos em relação aos outros povos. O que eles ofereciam era uma negativa contra o

[...] estado brutal da vida, contra os princípios do utilitarismo selvagem, do egoísmo, contra o direito absoluto do mais forte apresentado como uma lei eternamente existente e destinada a existir sempre entre os homens, lutavam exaltando a importância das construções políticas como remédio para a brutalidade, para o egoísmo e os outros instintos [...] (Casertano, 2011, p. 181).

Como se vê neste fragmento atribuído a Protágoras: “De todas as coisas o homem é medida, daquelas que são como são, daquelas que não são como não são”, colocando-se como um antidogmático. No seu sistema de pensamento, o homem instala os próprios critérios de relação com o mundo. Na descoberta da verdade, entretanto, tem primazia o mundo sensível, as sensações de cada um. Por isso, um só discurso sobre cada fato ou coisa é inverossímil, de modo que também se atribui a Protágoras a máxima de que acerca de cada fato há dois discursos contrapostos entre si.

As ideias que apresentamos anteriormente constituem o programa de verdade (Veyne, 1984, p. 39) dos denominados sofistas, que se distinguem daqueles conhecidos como filósofos. Entretanto, no período grego arcaico, outra configuração para a verdade também era vigente, diferente da de Górgias e Protágoras e, de igual modo, da de Platão e Aristóteles. O estranhamento com os mitos gregos, por seu modo de conceber os deuses, foi uma atitude comum entre os filósofos, por exemplo, Platão e Xenófanes. Essa divergência, segundo Marcel Detienne (1988, p. 22), deve-se a uma mudança na prerrogativa de quem tinha o poder de pronunciar a verdade.

Para Detienne (1988, p. 14), os critérios adotados em nossa civilização para determinar o que é verdade estão atrelados às ideias de demonstração, verificação e experimentação. Todavia, antes do século V AEC – no qual o

estudioso concebe o surgimento e fortalecimento da concepção ocidental de uma verdade objetiva e racional –, a verdade, em grego, a *aletheia*, estava enformada segundo outros parâmetros. Essa *aletheia* grega, anterior à Grécia clássica, não é oposta ao falso ou à mentira. A oposição de *aletheia* é ao esquecimento. O *alpha* privativo (a-) junto à *Lethe*, que é filha da Noite e associada à obscuridade e à ausência, faz que o não esquecimento seja um fundamento para a palavra verdadeira.

A mudança no programa de verdade é concomitante ao nascimento não só da filosofia, mas também da democracia. A assembleia de guerreiros, apontada por Detienne (1988, p. 45) como uma primeira estrutura de cariz democrático e modelo de deliberação, implica que os incumbidos de portar a verdade não são mais o rei de justiça, o poeta e o adivinho. A democracia exigiu, para se estabelecer, outro programa de verdade, um que saísse da boca de outros personagens sociais. Curiosamente, na Contemporaneidade, segundo Lúcia Santaella, a área mais afetada pelas *fake news* é a política, “[...] justamente esse campo de atuação e decisão de que dependem os destinos da democracia nesta era do pós-digital” (Santaella, 2018, p. 22). É indispensável, na democracia, que os cidadãos recebam informações acordes à realidade para poderem decidir e deliberar.

Seja como for, é preciso salvar-nos do relativismo total, mesmo conscientes do conceito de programa de verdade (Veyne, 1984, p. 39) e concordando com ele. No século XIX, a voz dos cientistas, que se constituía voz incontestável – por exemplo, para um positivista –, parece não o ser para um jovem latino-americano de 20 anos de idade. Está patente que houve uma transformação nas vozes autorizadas a dizer algo verdadeiro e, principalmente, na configuração do que se toma como verdade. Desse modo, precisamos entender o porquê desse fenômeno, quais são suas consequências para a cidadania e quais são as ações governamentais a serem empreendidas.

PÓS-VERDADE E POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA OS DISTÚRBIOS INFORMACIONAIS

Guardadas as reservas do anacronismo, poderíamos aproximar a configuração contemporânea da verdade – ou seja, a pós-verdade – da sofística, na qual o convencimento para a justiça e para o bem social se dá pelo embate

discursivo e não por um fundamento último da verdade externo ao mundo dos homens, porque já não o temos. A sofística é um caminho que ficou soterrado por séculos, uma vez que na querela entre filósofos e sofistas, pelo menos no que diz respeito à possibilidade de conhecer a verdade, saíram vencedores os filósofos. De outro modo, jamais teríamos visto nascer a modernidade. Porém, uma estrada bloqueada ainda é uma trilha que pode ser achada, renovada e pela qual se pode caminhar.

Voltando ao filósofo espanhol Ortega y Gasset (2014, p. 47), recebemos o alerta de que, para acontecermos na vida, tem maior relevância a ideia que construímos do mundo do que os fatos e acontecimentos. A realidade, para esse estudioso, não é um dado que possa ser assimilado diretamente pelo nosso sistema cognitivo, mas por uma construção, sendo a própria ciência uma construção, ainda que contrastada na realidade. Ortega (2014) entende que os fatos e acontecimentos constituem, mais propriamente, um hieróglifo que é interpretado conforme os parâmetros de homem e de mundo que possuímos.

Corroboram a proposta do pensador supracitado as pesquisas que intentam mitigar os efeitos da desinformação. Nesses estudos, por exemplo, são demonstradas a correlação e a retroalimentação entre crença e preferência (Kuklinski *et al.*, 2000, p. 810); a pouca eficácia de apresentar uma informação fatual contrária à anterior, na qual as pessoas haviam acreditado (Chan *et al.*, 2017, p. 1543; Lewandowsky; Van Der Linden, 2021, p. 375); e o empenho que temos em evitar a dissonância cognitiva e em permitir que a estrutura de cosmos que temos e pela qual nos movemos seja desestabilizada (Pennycook; Rand, 2021, p. 398).

A essa altura do texto, parece que queremos sugerir uma total incapacidade de nos apoderarmos dos fatos e de comunicar a verdade. O que faríamos, então, com as notícias falsas, com as teorias da conspiração, com os ataques à ciência? É evidente, como dissemos, que não há comunicação livre de interpretação, mesmo inconsciente; entretanto, também é fato que há graus maiores e menores de objetividade, como propunha Santaella (2018, p. 48). Não há quem pleiteie uma leitura pessoal no momento de seguir uma receita de sabão da qual se espera um resultado específico, por exemplo, a não ser que se queira criar algo novo.

Como proposta de solução, além de uma visão sofística da existência no mundo, adotamos o construtivismo alético, do filósofo Adam Chmielewski (2022, p. 22), que “[...] parte do pressuposto de que o termo ‘verdade’ está

sendo interpretado e aplicado de várias maneiras em vários contextos e que todos esses vários usos não podem ser reduzidos a um núcleo comum”. Ou seja, o programa de verdade (Veyne, 1984, p. 39) que havíamos proposto inicialmente não pode ser único; ele terá ramificações conforme os objetivos de cada tipo de conhecimento humano.

A diferente configuração de cada modo de conhecimento é nomeada pelo teórico polonês de distintos regimes cognitivos. Esses regimes podem se sobrepor uns aos outros e entrar em conflito ou em concordância; o ponto é que eles não se coadunam para formar um sistema final coerente. Para o autor polonês, “O verdadeiro conhecimento é fabricado de várias maneiras e sob vários regimes: o termo ‘verdade’ é usado de uma maneira na ciência; de outra nas artes, na tecnologia e no discurso diário; ou ainda, na política” (Chmielewski, 2022, p. 24, aspas no original). Esse também é o pensar de Santaella (2018, p. 46), ao postular a dessemelhança da verdade no jornalismo, na política, na ciência, na filosofia, nas artes e na literatura.

Ainda de acordo com a pesquisadora, a verdade que compatibiliza com o jornalismo é a verdade fatual, a que está, segundo Santaella (2018), mais sujeita aos assédios do poder. Mesmo que, como já apontamos, não se possa relatar fatos sem alguma interpretação, tal verdade reclama uma conexão existencial com seu objeto de referência; não pode ser fruto nem da imaginação nem da abstração racional; deve apontar para algo que está ou esteve em lugar do espaço e do fluxo do tempo; para eventos que irremediavelmente aconteceram. O seu modo de referencialidade é a indicação. Por isso, há, contra as *fake news*, a checagem de fatos, porque eles existem ou existiram (Santaella, 2018, p. 49).

Sobre a política, a autora compreende que não é sua função apregoar a verdade, uma vez que para tal é preciso independência e a política não pode sê-lo. Entretanto,

A política, por seu lado, para evitar fanatismos irracionais precisa ancorar suas decisões nos fatos, estes apurados e elaborados fora dela. Isso significa que, para evitar ser corrompida, a política deve se colocar à escuta das vozes problematizadoras que provêm da imprensa e dos cientistas políticos quando estes estimulam os debates em torno da justa interpretação dos eventos (Santaella, 2018, p. 51).

Para Santaella (2018, p. 53), na ciência estão as verdades provisórias, dado que mesmo um problema considerado resolvido não indica uma verdade

inquestionável *ad eternum*. Novas pesquisas podem ser feitas, novas luzes podem ser lançadas à questão, o que não significa dizer que a solução encontrada é um erro à espera de uma correção futura. Em contrapartida, na filosofia, o dilema da verdade tem uma história dilatada, muito associada à racionalidade reflexiva, à lógica; mas também, à possibilidade de conhecer e às dificuldades da relação entre sujeito e objeto. Ou seja, a filosofia indaga e critica a própria natureza da verdade e seus limites (Santaella, 2018, p. 11).

A semiose, a relação entre o signo, o objeto e o interpretante, da filosofia e da ciência é a representação, que é guiada pela verdade lógico-racional em oposição à verdade fatual do jornalismo e da História. Ao final, temos a semiose da apresentação, a verdade possível, que é a que propõem as linguagens artísticas, contemplando as necessidades humanas de sonho, imaginação, fantasia, gozo estético e afetividade. Segundo Santaella (2018, p. 58), “As artes e a literatura abrem os olhos do espírito humano para aquilo que ainda não se sabe e que ainda não foi experimentado ou sentido, [...]”. Por isso é apresentação: porque presentifica o que antes não havia no mundo.

CONCLUSÃO

Neste artigo, ao aproximarmos a Antiguidade da Contemporaneidade, somos surpreendidos pelas possíveis convergências entre ambas. As linhas do tempo nos enganam, fazem-nos crer que as eras e suas idiossincrasias correm uma detrás da outra, e mais, que um tempo deixou para trás o que veio antes de si, e que aquele que lhe sucederá também o suplantará. Pura peça que nos prega a linha reta. O que foi tornará a ser, diz-nos o sábio bíblico, não há nada novo sob o sol.

Olhar para a Antiguidade é olhar para o humano do homem na extensão do tempo, as nossas questões essenciais são as mesmas, assim pensamos. Conjecturamos que propor, para os problemas informacionais e para o estado da verdade no nosso tempo, uma concepção múltipla do verídico, de acordo com cada área de atuação e vivência humana, colocaria um sorriso de satisfação no rosto de alguns sofistas do século V AEC. Insistir no programa de verdade erigido pela Modernidade como único possível e lamentar seu desvanecer como quem perde um ente querido fará que não superemos as barreiras que ameaçam o bem-estar democrático de nossas sociedades.

Mais uma vez esclarecemos que essa investigação não busca apoiar o relativismo mais absoluto, no qual tudo pode ser individualmente verdadeiro conforme a experiência vital de cada um. A paz social, o mútuo entendimento e a justiça são impossibilidades sob essa égide. Entre os extremos do relativismo e do absolutismo, ou seja, de uma verdade moral e universal válida em todo tempo e em todo lugar, há de se encontrar posições intermediárias factíveis com as necessidades e características da Contemporaneidade.

A título de finalização, e sem pretender fomentar qualquer anticientificismo, conjecturamos se a tentativa de submeter os entendimentos sobre a verdade, de diferentes campos do saber e do conhecer, à verdade científica verificável, não gerou, como efeito colateral inesperado, a demanda pela pós-verdade, sendo uma reinvidicação do lugar da sensibilidade, do inconsciente e da ficção na vida humana.

When did we speak the truth? Between sophists and philosophers in Antiquity and information disorders and post-truth in Contemporary times

Abstract

The truth, at first glance, may seem obvious, but the informational disturbances of our time, for example, fabricated news or the misuse of truthful information, lead us to question the state of truth in contemporary times, or in other terms, the question of post-truth. This article aims to discuss this situation by looking back at the disputes between Greek philosophers and sophists in the 5th century B.C.E., focusing on the sophists' conception of the world. The proposed solution is a multiple concept of truth that considers the specificities of each area of knowledge developed by human beings.

Keywords

Sophists. Post-truth. Disinformation.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, O. Apresentação. In: DINUCCI, A. (org.). *Górgias de Leontinos*. São Paulo: Oficina do Livro, 2017. p. 11-15.
- CASERTANO, G. *Os pré-socráticos*. Tradução Maria da Graça Gomes de Pina. São Paulo: Loyola, 2011.
- CHAN, M.-P. S. *et al.* Debunking: A Meta-Analysis of the Psychological Efficacy of Messages Countering Misinformation. *Psychological Science*, Washington, v. 28, n. 11, p. 1531-1546, 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28895452/>. Acesso em: 14 dez. 2021.
- CHMIELEWSKI, A. *Pós-verdade e suas implicações*. Tradução Eduardo Portanova Barros. Curadoria Douglas Borges Cândido e Fabiano Incerti. Curitiba: PUCPress, 2022.
- DETIENNE, M. *Os mestres da verdade na Grécia arcaica*. Tradução Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- DINUCCI, A. A sedução do discurso poético no Elogio de Helena de Górgias. In: DINUCCI, A. (org.). *Górgias de Leontinos*. São Paulo: Oficina do Livro, 2017a. p. 27-47.
- DINUCCI, A. Górgias e Sócrates quanto à educação: oposição e complementaridade. *Anais de Filosofia Clássica*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 23-37, 2016. Disponível em: <https://philarchive.org/archive/POJESR>. Acesso em: 3 abr. 2025.
- DINUCCI, A. Tratado do não-ser (Apresentação). In: DINUCCI, A. (org.). *Górgias de Leontinos*. São Paulo: Oficina do Livro, 2017b. p. 85-86.
- GÓRGIAS. Defesa de Palamedes. Tradução Gabrielle Cavalcanti. In: DINUCCI, A. (org.). *Górgias de Leontinos*. São Paulo: Oficina do Livro, 2017a. p. 107-118.
- GÓRGIAS. Elogio de Helena. Tradução Aldo Dinucci. In: DINUCCI, A. (org.). *Górgias de Leontinos*. São Paulo: Oficina do Livro, 2017b. p. 67-74.
- HYMAN, G. El ateísmo en la historia moderna. In: MARTIN, M. (org.). *Introducción al ateísmo*. Tradução Sandra Chaparro Martínez. Madri: Akal, 2010. p. 45-64.
- KUKLINSKI, J. H. *et al.* Misinformation and the Currency of Democratic Citizenship. *The Journal of Politics*, Chicago, v. 62, n. 2, p. 643-975, ago. 2000. Disponível em: <https://experts.illinois.edu/en/publications/misinformation-and-the-currency-of-democratic-citizenship>. Acesso em: 14 dez. 2021.
- LEWANDOWSKY, S.; VAN DER LINDEN, S. Countering Misinformation and Fake News through Inoculation and Prebunking. *European Review of Social Psychology*, Londres, v. 32, n. 2, p. 348-384, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10463283.2021.1876983>. Acesso em: 30 nov. 2021.

MORAIS, L. de. Introdução. In: DINUCCI, A. (org.). *Górgias de Leontinos*. São Paulo: Oficina do Livro, 2017. p. 17-26.

NIETZSCHE, F. Verdade e mentira em sentido extramoral. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 5-23, jul./dez. 2001. Disponível em: https://imediata.org/asav/nietzsche_verdade_mentira.pdf. Acesso em: 5 jul. 2023.

ORTEGA Y GASSET, J. *En torno a Galileo*. Edição José Lasaga Medina. Madri: Biblioteca Nueva, 2014.

PENNYCOOK, G.; RAND, D. G. The Psychology of Fake News. *Cognitive Sciences*, Massachusetts, v. 25, n. 5, p. 388-402, 2021. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2021-29301-001>. Acesso em: 30 nov. 2021.

SANTAELLA, L. *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?* Barueri: Estação das Letras e Cores, 2018.

SEXTO EMPÍRICO. Paráfrase do Tratado do Não-Ser. Tradução Rodrigo Pinto de Brito e Rafael Huguenin. In: DINUCCI, A. (org.). *Górgias de Leontinos*. São Paulo: Oficina do Livro, 2017. p. 93-100.

TRATADO DO NÃO-SER. Tradução Aldo Dinucci. In: DINUCCI, A. (org.). *Górgias de Leontinos*. São Paulo: Oficina do Livro, 2017. p. 87-92.

VERNANT, J.-P. *Mito e pensamento entre os gregos*. Tradução Haiganuch Sarian. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VEYNE, P. *Acreditavam os gregos em seus mitos?* Tradução Horácio González e Milton Meira Nascimento. São Paulo: Brasiliense, 1984.